A GUERRA DOS BÁRBAROS (*)

CARLOS STUDART FILHO

MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO

A terceira e última fase da chamada Guerra dos Bárbaros irá iniciar-se com a volta aos sertões do Açu, Apodi e ribeira do baixo Jaguaribe, do paulista Manuel Álvares de Morais Navarro, que vimos a exercer, com denôdo e crueza, as funções de sargento-mor de têrço de Matias Cardoso de Almeida. As fôrças do Mestre-de-Campo, batidas dos azares da sorte, acabaram, como se disse, desamparando o teatro de luta e se extinguira com a passagem do seu chefe ao Maranhão, a cuidar de afazeres mais prosaicos.

Elas tinham, é certo, obtido numerosos e felizes sucessos, mas não haviam conseguido cumprir, em tôda a plenitude, a missão que lhes coubera de restabelecer a paz nas regiões assoladas por hordas nativas.

À maneira do seu antecessor, Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso pelejara com inexcedível bravura, infligindo aos contrários baixas vultosas que lhes rareavam para sempre as fileiras de seus melhores guerreiros, mas tudo fôra em vão. Os gentios, cujos instintos bélicos e rapaces pareciam se exacerbar à medida que corria o tempo e as tribos mais recalcitrantes minguavam em número e lhes diminuía o potencial humano, permaneciam pràticamente senhores da situação.

(*) Continuação das revistas do Instituto do Ceará, Tomos LXXIII, Ano LXXIII, 1959 e Tomo LXXV, Ano LXXV, 1961.

Esta continuava, assim, tensa em todo o Brasil norte-oriental e, mais especialmente, no Rio Grande e Ceará, onde a agressividade dos rebeldes se mostrava sobremaneira viva. Na primeira das capitanias citadas, os ataques contra os colonos se repetiam com relativa freqüência, malgrado a ação repressiva das tropas de milicianos que, vindas dos núcleos mais povoados da costa norte-oriental, varriam o sertão sob o comando de chefes valentes e experimentados.

Na época dos sucessos apontados, andava Morais Navarro pelos Palmares das Alagoas auxiliando Domingos Jorge Velho em suas arremetidas contra os negros foragidos e amocambados. Para lá se transportara por determinação do seu mestre-de-campo conduzindo alguma tropa — duas companhias, precisa aquêle sertanista em sua carta de 15 de dezembro de 1696 — a que agregara, de ordem do Marquês de Montebelo, gentes de Pôrto Calvo e de Alagoas e índios de Camarão.

Pelejando contra as gentes do Zumbi, chegara afinal à desalentadora conclusão de que, sem a ajuda de fortes contingentes de paulistas, a conquista do arraial do chefe negro não poderia ser levada a têrmo, nem ser definitiva. Robustecido em tais convicções e animoso, como sempre se mostrara, oferecera-se ao Governador de Pernambuco para ir a São Paulo levantar mais um têrço cuja função precípua seria participar da luta que se arrastava molemente, ameaçando eternizar-se. Parecera-lhe, porém, do maior interêsse, tratar do assunto diretamente com o Governador de Pernambuco, em Recife, aonde se encaminhou levando propostas e requerimentos.

Para ir a destino, seguiu, como era natural naqueles idos, via Salvador, e aí se deteve "a esperar as resoluções de S. Majestade" (Carta de 15/XII/96).

Entrementes, até à Metrópole haviam chegado os ecos da tragédia que, alastrando terras do Brasil norte-oriental, punha redobrados entraves à marcha expansionista dos luso-brasileiros nesse perdido recanto da Colônia.

Ciente das investidas dos gentios de corso contra as populações ali radicadas, em maioria criadores de gado, e das tristes conseqüências de tais ataques, o Soberano fêz expedir ordens terminantes a D. João de Lancastre, Governador-Geral do Brasil, para que pusesse côbro imediato às atividades malfazentes dos silvícolas. Atendendo, como lhe cabia, às determinações régias, reuniu o Governador o seu Conselho e com êle assentou a criação de um têrço de cem homens brancos e quatrocentos índios de guerra.

Morais Navarro que, como se viu, estava em Salvador e tinha credenciais bastante para o exercício das árduas funções de mestre-de-campo, foi escolhido para organizar a nova fôrça e chefiá-la.

"Sua patente de nomeação, informa-nos o Barão de Studart, traz a data de 25 de maio de 1969.

Não partiu, porém, diretamente a cumprir o seu encargo.

Pretextando a conveniência de "assentar a melhor disposição daquela guerra e a formatura do têrço", obteve licença do Governador e se foi para Portugal. Já em Lisboa, endereçou a El-Rei um longo requerimento pedindo satisfação de seus serviços, enfadonho arrazoado em que o suplicante enumera com grande luxo de minúcias o que obrou em benefício da Coroa e os sofrimentos e prejuízos experimentados nas intermináveis campanhas sertanejas de que participara.

Roga, a seguir, para si e parentes próximos, benefícios vários entre os quais figuram o hábito da Ordem de Cristo, mercê que seria outorgado "com cento e cinqüenta mil réis de tensa efetivos". O parecer do Conselho, de 15 de dezembro de 1696, que instruía a súplica do Mestre-de-Campo, opinara ser de tôda conveniência a concessão do favor régio porque iria ser um estímulo" para os mais paulistas se animarem a empregar-se no serviço de S. Majestade, vendo que a grandeza de S. Majestade se lembra de serviços..."

* * *

Não consignam os papéis oficiais, do nosso conhecimento, a data precisa em que Morais Navarro regressou ao Brasil, nem dizem quando entrou novamente em contato com os gentios de corso que ainda dominavam largas áreas territoriais do Rio Grande do Norte. (85)

Sabemos, porém, que integravam a fôrça expedicionária, na qualidade de chefes principais, Pedro Carrilho de Andrade, que se radicou no Rio Grande do Norte (86), Bento Nunes Siqueira, Teodósio da Rocha, José de Morais Navarro, irmão do Mestre-de-Campo, Francisco Lemos Matoso e Salvador Amorim.

Como oficiais de menor hierarquia, nela figuravam, também, os Ajudantes Manuel Nunes de Azevedo e Francisco Fajardo Barros e os Alferes Antônio Simões Moreira, Pascoal Gomes de Lima, Marcelino Leitão de Oliveira, Salvador de Siqueira Roldom, Manuel Pedrosa de Morais, Diogo Barbosa Rêgo, João da Costa Marinho, e os Sargentos Francisco Antunes Meira, Antônio de Mendanha, Marcos

(85) Basílio de Magalhães, em «Expansão do Brasil até fins do século XVIII», assegura haver êle alcançado aquela capitania a 18 de novembro de 1798. O douto historiador baiano terá decerto razão pois dois anos — espaço que, no caso, teria decorrido entre a lavratura do parecer do Conselho, reconhecendo a validade da nomeação do Mestre-de-Campo e propondo-lhe fôssem concedidos favores pelo Rei, e a sua chegada ao Açu — não nos parece tempo demasiado. Tenha-se em vista a longa e morosa viagem transatlântica por êle realizada e as numerosas e demoradas providências que necessitou tomar em São Paulo, para levantar os homens de que carecia e organizar o seu têrço. Depois, veio a obrigação de conduzi-los ao teatro da luta através dos dilatados e difíceis caminhos, que iam dos campos de Piratininga até os sertões do Nordeste. Consideram-se, ainda, os mil incidentes, naturalmente sobrevindos durante a marcha e que retardaram a sua caminhada.

(86) Mais tarde, escreveria uma «Memória sôbre os Indígenas do Brasil». (Ver Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, Vol. VI, números 1 e 2, Natal, 1909).

de Oliveira, Antônio Pinheiro, Francisco Tavares Guerreiro, Antônio Cabral Vasconcelos, Manuel Luís Correia, Salvador Dias, Bento Vieira Barros, Martinho Vaz de Barros, Manuel do Prado (ver Barão de Studart).

Eram êstes outras tantas aves-de-rapina que vinham participar da luta atraídos pela perspectiva de prêsas abundantes.

Muitos paulistas, que seguiram na expedição, prestaram serviços em outros setores da Colônia e alguns se notabilizaram pela prática de feitos guerreiros relevantes (Barão de Studart).

Outro ponto obscuro dêsse intrincado capítulo de nossa crônica é a maneira pela qual Morais Navarro conduziu as operações do seu têrço. É provável que, à feição dos outros chefes militares seus predecessores, houvesse enfrentado e batido numerosas hordas rebeldes e que a algumas reduzisse à oprobriosa condição de escravos. O certo é, porém, apenas, que a muitos silvícolas pacificou e reuniu em duas aldeias para cuja direção chamou missionários jesuítas. (87)

A 12 de outubro de 1699 chegavam, com efeito, ao Açu os Padres João Guinzel e Felipe Bourel para realizar trabalhos de evangelização nos núcleos de nativos ali novamente erigidos pelo Mestre-de-Campo.

O EXTERMÍNIO DO RANCHO DE JENIPAPOAÇU E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A maior proeza do Mestre-de-Campo ou, antes, a que maior repercussão teve nos anais norte-rio-grandenses foi, porém, o ataque e morticínio do principal Jenipapoaçu, ou Jenipaboaçu, e das gentes de sua grei.

Embora de uma vulgaridade chã e, de certo modo, assaz comum naqueles tempos de violência e felonia, o incidente deve ser recordado. Cabe fazê-lo porque retrata, na brutalidade de seu entrecho, o espírito de uma época e a fereza dos homens que a viveram.

Motivos não perfeitamente esclarecidos haviam levado o Mestre-de-Campo a se malquistar com aquêle maioral palacu a quem acusava ser apaniguado de Bernardo Vieira de Melo e pretender matá-lo aleivosamente por insinuação do seu protetor.

---

(87) Em missiva, datada de 1700, dizia D. João de Lencastre a El-Rei: «Senhor, por carta de 12 de julho do ano passado, dei conta a V. Majestade de que o Mestre-de-Campo do Têrço dos Paulistas havia reduzido algumas nações de gentios bárbaros do Rio Grande do Norte a viver debaixo da proteção das armas de V. Majestade e pedia-lhe remetesse logo missionários da Companhia, o que fiz com a brevidade possível, tanto que o Provincial dela nomeou para aquela Missão os Padres João Guinzel e Filipe Bourel, alemães de nação e sujeitos de conhecidas virtudes e letras.»

Imbuindo-se de tais idéias, assentou, sem dúvida, Morais Navarro livrar-se de Jenipapoaçu, exterminando-o e a tôda a sua parentela.

Para realizar os sinistros propósitos, deslocou-se no rumo da Ribeira do Jaguaribe, onde penetrou a 30 de julho de 1699. Acompanhavam-no 130 infantes e duzentos e tantos **janduins**. O pretexto proclamado para justificar a marcha insólita era buscar aliados e colaboradores que o ajudassem a dar combate aos **icós, caratis** e **caratiús** que continuavam em pé-de-guerra.

Chegado que foi à aldeia da Madre-de-Deus, o Mestre-de-Campo fêz anunciar que receberia com agrado a visita de Jenipapoaçu e seus homens. Queria, porém, que viessem trazendo mulheres e filhos aos quais prometia mimosear com brindes abundantes. (88)

Atraídos pelas solertes promessas, acorreram os nativos em grande número, entrando, desde logo, a participar das danças e folguedos preparados para o entretenimento dos indígenas que integravam as fôrças em marcha.

O Mestre-de-Campo deixou-os agir sem embaraços e, quando os viu desprevenidos e sem armas, atacou-os de surprêsa, matando a mais de quatrocentos e conduzindo os sobreviventes como prisioneiros de guerra para o arraial do Açu, centro das operações do têrço.

Foi isso a 4 de agôsto de 1699.

Vinte e um dias depois, com a frieza de um homem que julgava ter praticado um ato perfeitamente natural e necessário, Morais Navarro relatava o sangrento episódio a D. João de Lancastre (carta de 25 de agôsto de 1699).

Segundo os dizeres da missiva, a situação obrigara o Mestre-de-Campo a "rivalizar em astúcia com Jenipapoaçu, e por estratagema a estratagema, traição a traição, matar para não ser morto..."

A operação escravista e assassina teria pleno êxito se, entre os prisioneiros, não figurassem gentios domésticos, pertencentes à missão do Araré, conversos do Padre João da Costa, Recoleto da Congregação de S. Filipe Néri. Homem destemido e cônscio, o sacerdote protestou contra a violência praticada por Morais Navarro, reclamando a imediata libertação de seus pupilos.

Não sendo atendido e vendo que, assim, se perdiam os frutos de seus indefessos labôres, apelou para o Bispo de Pernambuco, D. Francisco de Lima. O Prelado, achando legítima a atitude de seu jurisdicionado, expediu uma pastoral mandando que os paulistas dessem imediata liberdade aos **paiacus**, injustamente cativados sob pena de declarar por público excomungados e malditos...

(88) Morais Navarro afirma, em papéis oficiais, que os paiacus se apresentaram espontâneamente ao acampamento dos brancos.

Sertanista de forte têmpera, o Mestre-de-Campo não se entibiou com a terrível ameaça, nem se deu por vencido. Do ato do Governador da Diocese, agravou para o Arcebispo da Bahia, seguindo-se daí um longo e tumultuoso processo (89) que, de instância em instância, subiu até o Rei.

O Monarca, ouvido o parecer do Conselho, deu razão ao Padre Missionário e fêz expedir a Ordem-Régia de 15 de dezembro de 1700, determinando a imediata prisão do famigerado Calção-de-Couro.

Devia encarregar-se da diligência o letrado Cristóvão Soares Reimão, Ouvidor da Paraíba.

A decisão real foi prontamente cumprida. Morais Navarro viu-se, assim, detido por aquela autoridade judiciária, a quem acompanhavam Manuel da Rocha Lima e uma fôrça de 40 soldados, e recolhidos à cadeia do Recife. (90)

A destituição do Comandante acarretou, como era óbvio, a solução do seu têrço.

SITUAÇÃO DA GUERRA EM COMEÇOS DO SÉCULO XVIII

Com o raiar do século XVIII, a situação, nas zonas conflagradas, começa a se desanuviar progressivamente. Fatôres, até então de minguada importância, tomam aspectos novos, avultam, passando a influir de maneira ponderável na marcha dos trágicos acontecimentos de que eram teatro os sertões nordestinos.

De entre êles, os que ganharam maior eficácia e, assim, iriam concorrer para apressar o término definitivo da Guerra dos Bárbaros e pacificação geral da indiada, destacaram-se, desde logo, a conquista das terras capitanlais pelo alienígena luso-brasileiro e a ação dos missionários católicos. Esta vinha de longe; fizera-se sentir desde os primórdios da fixação do conquistador europeu nas costas do Brasil norte-oriental. Havia sido, porém, profundamente perturbada pela invasão batava e dificultada, depois da reconquista, pelas próprias autoridades reinóis. Tornara-se, dêsse modo, pràticamente nula.

Agora, a cruzada apostólica iria tomar maior amplitude. Revigorada, penetraria profundamente na hinterlândia nordestina, para espalhar a palavra de Cristo entre nativos e lhes abrandar a natu-

(89) Os lances mais dramáticos dêsse rumoroso processo podem ser conhecidos através da farta documentação publicada pelo Barão de Studart na Revista do Instituto do Ceará (Tomo **XXXI**, Fortaleza, 1917).

(90) Sôbre as atividades exercitadas por Morais Navarro depois de sua libertação leia «Notícias para um Capítulo Nôvo da História Cearense», artigo da lavra do Barão de Studart, inserto na Revista do Instituto do Ceará (Tomo **XXX**, Fortaleza, 1916). Trata-se de um trabalho escrito à laia de introdução aos documentos relativos ao Mestre-de-Campo, que o historiador cearense faria publicar no Tomo XXXI, da mesma Revista.

reza rude. Plantaria novas aldeias, onde os indígenas encontrariam o desejado refúgio e a proteção contra a violência dos brancos e, sobretudo, contra as suas tendências escravistas, que eram a grande causa do alongamento da guerra.

No Rio Grande do Norte, cenário das mais acesas e cruentas pugnas da guerra que se vinha ferindo entre alienígenas e ameríncolas, o grande apaziguador dos tapuias foi, porém, no período histórico a que reportamos, o Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo. Sua atuação, no sentido de aquietar os ânimos enturbados de brancos e silvícolas, sublevara em eficácia, na última década do século dezessete, a todos os outros agentes da paz.

Tão largos foram, com efeito, os resultados alcançados durante a sua primeira investidura no govêrno da Capitania (1695-1697) que Varnhagen chegou a afirmar, de maneira aliás um tanto irrefletida, ter êle realizado, em 1697, a pacificação total do território sob a sua jurisdição administrativa.

No ano anterior, ou, mais precisamente, a 24 de abril de 1696, fundara, com efeito, o arraial de N. Senhora dos Prazeres com tapuias cujas iras sanguinárias aplacara, não raro, com as armas na mão, e essa emprêsa aparecera ao grande historiador como o coroamento de sua obra pacificadora.

A verdade é, porém, que naqueles idos a capitania estava em plena ebulição guerreira. A chegada de Morais Navarro ao Açu com o seu têrço é a prova da turbulência que ali reinava.

Reconduzido, em novembro de 1697, por dois anos, a pedido do Senado da Câmara e do povo, retoma o Capitão-mor a obra benemérita de apaziguamento que realizara com tanto proveito. Verificando, já no fim do seu govêrno, ser impossível manter os indígenas quietos em seus aldeamentos, sem lhes garantir o indispensável sustento, apressou-se em cumprir "o alvará em forma de lei, de 23 de setembro de 1700, em que El-Rei mandava dar a cada missão uma légua em quadro, medida e demarcada.

Mas não foi êle, e nem poderia sê-lo, a causa única da terminação da guerra. A restauração da paz no Rio Grande do Norte resultou das causas gerais já apontadas e, em especial, do enfraquecimento numérico das tribos guerreiras mais belicosas e hostis aos brancos recém-vindos. Dependeu, ainda, do progressivo alargamento das áreas de colonização.

Cinco anos antes do alvará de 23 de setembro de 1700, em março de 1695, o Senado da Câmara de Natal informara, é certo, ao Capitão-mor que as terras de seu govêrno estavam tôdas doadas. Mas doação, diz-nos Câmara Cascudo (91), jamais foi sinônimo de po-

(91) Câmara Cascudo (Luis da), «História do Rio Grande do Norte».

voamento. Êste só iria, de fato, acelerar-se quando viessem ordens da Metrópole para a redivisão das terras não aproveitadas, o que determinou uma verdadeira corrida para o sertão e escorraçamento dos seus primitivos habitantes.

DECLINAM DE VEZ AS ATIVIDADES GUERREIRAS DOS NATIVOS CEARENSES

Concessões de sesmarias, cada vez mais amiudadas, eram feitas igualmente no Ceará, onde as aldeias de nativos mansos recebiam, também das autoridades, doações de terras que garantiam precàriamente a sobrevivência de seus moradores.

No baixo Jaguaribe, já então declinava a agressividade dos gentios de corso e uma "atmosfera de tranqüilidade, de trabalho e de esperança" descia lentamente sôbre os chãos levantinos da Capitania.

Para tão felizes resultados concorria, como se disse, a ação evangelizadora dos missionários, sempre incansáveis em sua faina de salvadores de almas.

Em 1702, eram pacificados os **icós** pelo Padre João de Matos Serra, primeiro vigário colado da freguesia de S. José de Ribamar. Com o correr do tempo, outros ameríncolas seriam chamados ao grêmio da Igreja e novas reduções viriam atestar a continuidade de ação apostolar dos sacerdotes que serviam no Ceará. Malgrado ocorrências tão promissoras, vez por outra uniam-se os índios das aldeias avassaladas para acometer os brancos e os brasilienses, seus aliados de sempre.

Assim, em 1704, por duas vêzes levantaram-se os baiabus e assaltaram o fortim de S. Francisco Xavier, que se viu obrigado a capitular.

Fato idêntico repetiu-se em 1705, quando o mesmo fortim fôra por êles rendido e incendiado. (92)

Eram, porém, ataques esporádicos que pouco lembravam as investidas maciças do século anterior; semelhavam, antes, às arremetidas de animal em agonia, mas numa agonia que, embora irremediável, seria lenta e se prolongaria por vários anos a fio.

Na verdade, a Guerra dos Bárbaros, que chegara pràticamente a seu fim na região litorânea, nos altos sertões cearenses continuava a lavrar com violência.

Diz, com efeito, a patente de nomeação do Sargento-mor João de Sousa Vasconcelos que êle "na era de 1704, marchou ao sertão

(92) Studart Filho (Carlos), «Fortificações do Ceará», in Revista do Instituto do Ceará.

dos icós a situar uma fazenda de gado e vendo que aquêle sertão estava combatido do inimigo que se achava naquela paragem, achou de acêrto fazer uma casa-forte que foi de grande utilidade para a defesa.

Outro atestado das atividades bélicas e predatórias dos nossos indígenas é o regimento que o Capitão-mor Gabriel da Silva Lago deu, em 20 de outubro de 1703, ao Capitão Bernardo Coelho de Andrade, "para ir fazer guerra às nações icós, cariris, cariús e cratiús, até destruí-los, visto acharem-se tôdas gravemente comprometidas na devassa a que mandara proceder pelo Juiz Ordinário da Capitania".

Por essa época, contingentes sempre maiores de imigrantes brancos e mestiços penetravam o nosso hinterland para nêle se afazendar, tomando posse definitiva das sesmarias que lhes haviam sido doadas, não raro muitos anos antes.

Premidos pelos imperativos da sobrevivência êsses homens, já agora bastante numerosos, melhor se organizavam contra as hostilidades do ambiente agreste. Fazem-se fortes, pela solidariedade, também contra os silvícolas das circunvizinhanças aos quais passam a opor uma defesa eficiente e segura. Êstes, por sua vez, batidos e desmoralizados pelas perseguições sempre renovadas das armas reais, e pela resistência obstinada dos colonos, acabam por desamparar seus antigos domínios patrimoniais fugindo para rincões ignorados e distantes.

Remanescentes de tribos destroçadas pelos brancos reunem-se em povoados estáveis sob a proteção eficiente de clérigos de várias congregações religiosas. Tais aldeamentos, que marcam de fato o término da Guerra dos Bárbaros, foram, porém, criados em épocas assaz diversas. Assim, não é possível fixar a data provável em que teve fim a terrível contenda que tão caro havia custados aos dois grupos adversos. Verdadeiro conflito étnico, ela quebrou, para sempre, a resistência dos nossos gentios e lhes marcou o mais inglório dos ocasos, que é o findar-se um povo na servidão.